



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-RETORIA DE GRADUAÇÃO**  
**ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PEDRO HENRIQUE TOSTA CESÁRIO**

**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE O PRINCÍPIO DA ENTIDADE CONTÁBIL:**  
Evolução e Contexto Atual

**GOIÂNIA**  
**2021**

# ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE O PRINCÍPIO DA ENTIDADE CONTÁBIL: Evolução e Contexto Atual\*

Pedro Henrique Tosta Cesário\*\*

Alexandre de Carvalho Paranaíba\*\*\*

**RESUMO:** Este estudo objetivou verificar as características das publicações sobre a Princípio da Entidade. Para isso foi utilizado como metodologia a análise Bibliométrica por meio das pesquisas disponíveis no Google Acadêmico no período de 2010 a 2020. Assim, a amostra contempla o quantitativo de sete artigos empíricos sobre o assunto. Os resultados indicam que as revistas obtiveram equivalência entre as citações da amostra. Além disso, verificou-se que boa parte das pesquisas apresentadas se concentram na região Sul e Sudeste do país. Destaca-se ainda a estruturação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que teve impacto direto nos Princípios Contábeis. Conclui-se que a pesquisa em torno do tema proposto tem sido de pouca relevância, problemas relacionados há como tem sido o desenvolvimento da produção científica sobre o Princípio da Entidade? A aplicação prática aponta que o tema Princípio da Entidade tem sido pouco explorado por pesquisadores de diversas instituições e regiões do país, devido ao surgimento da NBC TG Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil e Financeiro e a diluição dos Princípios Contábeis nas normas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Princípio da Entidade; Bibliometria; Convergência.

**ABSTRACT:** *This study aimed to verify the characteristics of publications on the Entity Principle. For this, the Bibliometric analysis was used as methodology through the research available on Google Scholar in the period from 2010 to 2020. Thus, the sample includes the amount of seven empirical articles on the subject. The results indicate that the journals obtained equivalence between the citations in the sample. In addition, it was found that much of the research seeks to focus on the South and Southeast of the country. Also noteworthy is the structuring of the Brazilian Accounting Standards (NBC), which had a direct impact on the Accounting Principles. It is concluded that a research around the proposed theme has been constructed in a way, related problems such as the development of scientific production on the Entity Principle? The practical application that the theme Principle of the Entity was little explored by researches of several institutions and regions of the country, due to the emergence of the NBC TG Conceptual Framework for Preparation of Accounting Report and and dilution of the Accounting Principles in the norms*

**KEY WORDS:** *Entity Principle; Bibliometrics; Convergence.*

## 1 INTRODUÇÃO

Os princípios contábeis determinam procedimentos a serem adotados pela contabilidade e atuam de maneira a preservar e garantir os registros contábeis das organizações. Dentre esses

---

\* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Alexandre de Carvalho Paranaíba.

\*\* Bacharelando em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 -Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74.605-010. E-mail: tostaemp@hotmail.com.

\*\*\* Professor Orientador do Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: alexandrec@pucgoias.edu.br

princípios, destaca-se o princípio da entidade, objeto deste estudo que tem como tema sua análise bibliométrica sobre a evolução e o contexto atual. Tal princípio contábil trata da separação entre pessoa física e jurídica, onde o patrimônio da empresa não deve ser confundido com o patrimônio dos sócios ou proprietários.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006) toda entidade é formada por um conjunto de pessoas e de recursos que organizadamente exercem a atividade econômica. As entidades têm objetivos que podem ser econômicos ou sociais. Percebe-se que, para as pessoas que exercem as atividades econômicas, o objetivo dessas entidades tem se fixado na geração de riquezas e na produção de lucro para os sócios.

Nesse sentido, Franco (1997), enfatiza a importância do Princípio da Entidade como sustentáculo à aplicação dos demais postulados fundamentais de contabilidade. Salienta-se, também, que as mudanças ocorridas no patrimônio da entidade somente refletem no patrimônio dos sócios quando a estes forem atribuídos resultados econômicos, positivos ou negativos. Nesse contexto, a pesquisa em contabilidade tem se desenvolvido de forma a fomentar as alterações que envolvem o campo contábil, de modo a estabelecer o encaminhamento do conhecimento científico.

Considerando este relatório separado e individualizado, pode-se extrair que o postulado ou princípio da entidade contábil separa o patrimônio dos sócios do patrimônio da sociedade, ou seja, da pessoa jurídica, não podendo haver confusão destes durante o desenvolvimento das atividades e a montagem das demonstrações contábeis. Conforme demonstra a teoria, os princípios contábeis estão em sintonia quando aplicados no caso concreto, especialmente o princípio da entidade.

Entretanto, com o avanço da globalização e devido às novas exigências dos mercados nacionais e internacionais, se deu a necessidade de atualizar e padronizar as normas e procedimentos da contabilidade brasileira. Em razão da necessidade de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), às normas internacionais (IFRS), foi que o Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) ganhou destaque na área contábil, de forma que em comunhão, diferentes órgãos prepararam os Pronunciamentos Técnicos que versam sobre os procedimentos contábeis.

De acordo com Weffort (2005), diz que a convergência compreende todos os esforços despendidos pelos países, visando direcionar-se aos padrões globais de contabilidade, ou seja, diminuir as divergências contábeis e facilitar a comunicação dos relatórios financeiros, permitindo a comparabilidade e a compreensibilidade das informações.

Sendo assim o princípio da entidade é importante para a doutrina contábil onde muitos autores o consideram como um Postulado Essencial, uma determinação básica sobre o ambiente onde a Contabilidade deve atuar. É nele que fica evidenciada a autonomia patrimonial, ou seja, a separação do patrimônio da entidade com os patrimônios individuais de seus proprietários. Porém mesmo com a revogação da Resolução 750/1993, os princípios de contabilidade não deixaram de existir. Sendo assim, as adequações promovidas refletem o devido aprimoramento contínuo a que estão passíveis aos elementos técnicos da Contabilidade no campo científico.

Diante do contexto apresentado, a problemática a ser analisada nesta pesquisa é: Como tem sido o desenvolvimento da produção científica sobre o princípio da entidade entre os anos de 2010 a 2020? Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre o Princípio da Entidade, por meio de estudo bibliométrico.

Quanto à justificativa é se destaca que a nível do acadêmico, discorrer sobre o assunto uma vez que o contador deve lidar com empresas no decorrer de sua vida profissional. A nível da academia o assunto é necessário para contribuir com a formação acadêmica dos futuros contadores. Para a sociedade é fundamental como uma forma de contribuir no desenvolvimento do assunto, bem como um modo de alertar os empresários que não possuem conhecimento de tal princípio ou que não o aplicam na prática.

Dessa forma, o estudo aqui apresentado é importante para economia brasileira, de forma que o contador auxilia as empresas, a respeito de práticas que resultem em decisões mais acertadas e que contribuam para a saúde financeira do negócio. É possível perceber que, principalmente, os empresários de empresas menores fazem confusão entre o seu patrimônio e o da entidade. Por isso, se faz necessário o conhecimento dos princípios contábeis, em especial o da entidade, pois, é com base nele que as demonstrações contábeis são geradas pelas empresas. (OLIVEIRA, 2006).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico do presente estudo, está estruturado em três tópicos. O primeiro aborda os princípios contábeis e a sua evolução no contexto da história da ciência contábil. O segundo, remete ao princípio da entidade e os processos técnicos. Por fim, é abordado a bibliometria como técnica de pesquisa.

## 2.1 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS: DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO DA CIÊNCIA CONTÁBIL

Como ciência social, a contabilidade recebe as influências do ambiente em que atua. Sendo que cada nação tem sua própria história, cada uma delas desenvolveu a contabilidade de uma maneira diferente, com a influência de seus antecedentes e colonizadores. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 39) afirmam que “a história da contabilidade é a história da nossa era; de muitas formas, a própria contabilidade conta essa história, pois os registros contábeis fazem parte da matéria-prima dos historiadores”.

A contabilidade vem sendo utilizada desde o período da pré-história, antes mesmo do aparecimento da escrita. Nessa época foram encontrados materiais utilizados por civilizações pré-históricas que caracterizam um sistema contábil, constituído de pequenas fichas de barro que eram utilizadas para medir o patrimônio, ou seja, cada ficha representava um animal, por exemplo (SCHMIDT, 2000).

Portanto, a contabilidade nasceu da necessidade de controle dos produtos até então conhecidos, ou seja, os vindos da agricultura e da criação de animais, além do registro das dívidas com a troca desses produtos entre os proprietários. Ainda segundo Schmidt (2000), com a criação da escrita alfabética em 1100 a.C. pelos fenícios, difundiu-se a troca de conhecimento entre os povos e conseqüentemente uma evolução no comércio e na contabilidade.

Sobre o surgimento das partidas dobradas e conseqüentemente da primeira vertente da contabilidade, a escola europeia ou italiana, Hendriksen e Van Breda (1999, p.39) afirmam que:

“Não sabemos quem inventou a contabilidade, sabemos, porém, que o sistema de escrituração por partidas dobradas começou a surgir gradativamente nos séculos XII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália.”

Para Bachelard (1979, p. 190), um novo conhecimento se estabelece, quando há um corte em estruturas conceituais passadas. A criação do método de partidas dobradas pode ser considerada como o corte da ciência contábil. Foi um momento de ruptura de uma contabilidade estagnada, sem muitos avanços, para um período em que ocorre um salto de qualidade, é quando se pode afirmar que a contabilidade é uma ciência que [...] por longo tempo a Contabilidade foi apenas uma técnica, procurando aplicações na forma de memorizar acontecimentos relativos ao patrimônio, só se transformando em ciência no momento em que se dedicou a “explicar” o que era registrado (SÁ, 2001).

No que diz respeito ao início da contabilidade no Brasil, constata-se que surgiu ainda no período colônia, junto com o início da sociedade e com a criação das primeiras alfândegas em 1530. Porém, Segundo Leite (2005), somente em 1808, com a chegada da família real portuguesa, os primeiros cursos superiores foram criados. Com a chegada da família real portuguesa, nesse mesmo ano, houve um desenvolvimento mais acelerado da economia e da cultura.

Ainda em 1808, ocorreu a primeira referência oficial à escrituração e relatórios contábeis elaborada pelo Príncipe Regente D. João VI, conforme dispõe o texto da Carta:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores (REIS; SILVA; SILVA, 2007, p. 4).

No início do século XIX o Brasil se desenvolveu economicamente pelo aumento da industrialização e pela vinda de imigrantes europeus, em 1850 a lei nº 556 instituiu o código comercial brasileiro. Segundo Leite (2005, p. 44-45), os destaques do código no que diz respeito à contabilidade são:

Seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e ter livros para esse fim; Fazer anualmente um balanço geral de seu ativo e passivo, compreendendo todos os bens raiz móveis e semoventes, mercadorias, dinheiro, papéis de crédito, e quaisquer outras espécies de valor, além de todas as dívidas e obrigações passivas, datando-o e assinando-o; Lançar no diário, com individuação e clareza, todas as suas operações de comércio, letras e outros papéis de crédito que passar, afiançar, ou endossar e, em geral, tudo quanto receber a despesa de sua alheia conta, seja por que título for, sendo suficiente que as parcelas de despesas domésticas se lancem englobadas na data em que forem extraídas do caixa.

Segundo D'Áuria (1948), esse Código Comercial Brasileiro, qualifica o guarda-livros como preposto do comerciante, ou seja, um funcionário que é subordinado ao comerciante e que tem condições de representá-lo.

No ano de 1869 foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475. Estava constituído a partir de então a primeira profissão liberal do Brasil.

O guarda-livros, como era conhecido antigamente o profissional de Contabilidade, era um profissional ou empregado incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, mediante os pagamentos e

recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil. Conforme observado em publicações de jornais da época, exigia-se que estes profissionais tivessem domínio da língua portuguesa e da francesa, além de uma aperfeiçoada caligrafia.

Assim, segundo Sá (1995), a busca por princípios na contabilidade no Brasil iniciou-se deste o início do século XX, quando o progresso industrial e econômico se acentuou, e os informes contábeis passaram a ter maior utilização em âmbito social. Assim, houve uma necessidade de padronização e uniformização de procedimentos para a geração de documentos confiáveis e comparáveis.

Mas somente em 23 de outubro 1981, o CFC publicou a Resolução nº 530, que aprovava princípios fundamentais de contabilidade, considerando a necessidade de fixar princípios de contabilidade, já que não existiam na época um consenso sobre os mesmos. Eram eles: Entidade; Qualificação e Quantificação dos Bens Patrimoniais; Expressão Monetária; Competência; Oportunidade; Formalização dos Registros Contábeis; Terminologia Contábil; Equidade; Continuidade; Periodicidade; Prudência; Uniformidade; Informação; Atos e Fatos Aleatórios e Correção Monetária.

Porém no início da década de 90, esses princípios já não eram adequados a situação do país, por isso o CFC editou a Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993. No prefácio desta resolução o órgão esclarece que “considerando que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade [...]”. Segundo esta resolução, constituem princípios fundamentais de contabilidade os seguintes: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor Original; Atualização Monetária; Competência e Prudência.

Esta resolução tinha um número menor de princípios, todavia com maior riqueza de detalhes e explicações. Acessoriamente o CFC publicou a resolução CFC nº 774 de 16 de dezembro de 1994, que dispõe maiores esclarecimentos sobre o conteúdo e abrangência dos princípios fundamentais de contabilidade e que recentemente foi atualizada pela Resolução 1.282 de 28 de maio de 2010.

Esta última resolução revogou o artigo 8º da CFC 750/93 que tratava do princípio da atualização monetária e mudou a expressão princípios fundamentais de contabilidade para princípios de contabilidade. Por fim, os princípios de contabilidade vigentes até o presente momento são: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor Original; Competência e Prudência.

Evidencia-se que a busca por princípios contábeis surgiu da necessidade de alcançar esse objetivo de forma satisfatória, visando ao atendimento das diferentes demandas de informações. De acordo com Schmidt (2000, p. 211):

Os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos são as normas resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos, emanados da contabilidade, de uso predominantemente no meio em que se aplicam, proporcionando interpretações uniformes das Demonstrações Contábeis.

Alguns fatos históricos ajudaram e apontou a necessidade do estabelecimento de princípios que norteassem as práticas contábeis, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.76), esse processo foi desencadeado principalmente, com “o crescimento rápido das aplicações em ações de empresas, particularmente durante os primeiros anos seguintes à Primeira Guerra Mundial e gerou novas necessidades de informação contábil”. Nessa hora o foco das informações contábeis passou a ser para atender acionistas e investidores.

Os primeiros esforços na busca por estabelecer princípios na contabilidade se iniciaram, segundo Sá (1995), no início do século XX, quando o progresso industrial e econômico se acentuou, e os informes contábeis passaram a ter maior utilização em âmbito social. Assim, houve uma necessidade de padronização e uniformização de procedimentos para a geração de documentos confiáveis e comparáveis, consolidando assim, os princípios contábeis.

## 2.2 PRINCÍPIO DA ENTIDADE NO ARCABOUÇO NORMATIVO: PROCESSO TÉCNICO E OS ASPECTOS ATUAIS

Segundo Iudícibus (2010, p. 717), as finalidades da Contabilidade vão além do auxílio na tomada de decisão, essas podem ser descritas como finalidade de planejamento e finalidade de controle, onde planejamento “é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro”, o que não significa fazer uma simples previsão, mas envolve usar uma grande quantidade de informação contábil para determinar qual o curso de ação pode ser considerado o melhor para a empresa ou para um segmento da empresa. Controle é um processo pelo qual a alta administração da empresa procura se certificar, de que a organização “está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria administração”.

Corroborando com tal entendimento, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) afirma que o cerne do princípio da entidade está na autonomia do patrimônio a ela pertencente.



O Princípio estabelece que o patrimônio deva se revestir-se do atributo de autonomia em relação a todos os outros Patrimônios existentes, pertencendo a uma Entidade, no sentido de sujeito suscetível à aquisição de direitos e obrigações.

A autonomia tem por corolário o fato de que o patrimônio de uma Entidade jamais pode confundir-se com aqueles dos seus sócios ou proprietários. Por consequência, a Entidade poderá ser desde uma pessoa física, ou qualquer tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjuntos de pessoas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), afirma que quando se analisa a taxa de mortalidade das microempresas no Brasil, observa-se que elas encerram suas atividades ainda nos dois primeiros anos de vida.

De acordo com Melo (2010), entre os 10 principais erros que mais frequentemente levam as micro e pequenas empresas à falência, se referem a contratar qualquer familiar ou amigo, e não as pessoas mais adequadas para a empresa; tomar decisões sem informações financeiras precisas e, misturar as finanças da empresa com os pessoais.

Esses preceitos basilares estavam contidos no CFC, das Resoluções 750/93 e 1282/10 que forma revogadas, para evitar uma duplicidade normativa entre os princípios contábeis. Desse modo, A NBC TG Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil e Financeiro publicada pela Resolução CFC nº 1.374, de 08 de dezembro de 2011, constitui, portanto, o pilar da estrutura conceitual, trazendo o conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação dos fatos contábeis.

Percebe-se que ainda hoje, após anos da revogação da Resolução CFC nº 750/93, existem princípios que estavam previstos nesta e que não possuem equivalência direta em nenhuma das duas normas referenciadas pelo Conselho. É o caso, por exemplo, do Princípio da Entidade, importantíssimo para a correta elaboração da Contabilidade, cuja redação original na resolução revogada transcrevia da seguinte forma:

Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da *Contabilidade* e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência (sic), nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (CFC, 1993).

Este princípio é tão importante para a doutrina contábil que muitos autores o consideram como um Postulado Essencial, uma determinação básica sobre o ambiente onde a Contabilidade deve atuar. É nele que fica evidenciada a autonomia patrimonial, ou seja, a separação do patrimônio da entidade com os patrimônios individuais de seus proprietários. Se esse princípio fosse ignorado, haveria uma confusão patrimonial, com despesas pessoais dos sócios sendo registradas como gastos da empresa e vice-versa. Essa questão é tão importante que o próprio Código Civil Brasileiro de 2002 dispõe sobre o assunto em seu artigo 50:

Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio da finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica (BRASIL, 2002).

Afinal, a doutrina contábil é fundamentada nos princípios que a norteiam, e a Ciência Contábil, também está consolidada em seus próprios princípios que engrandece as ciências sócias. Diante da revogação da Resolução 750/1993 os princípios de contabilidade não foram eliminados e sim implementados nos diversos CPCs.

Sendo assim, as adequações promovidas refletem o devido aprimoramento contínuo a que estão passíveis os elementos técnicos da Contabilidade no campo científico, demonstrando o desenvolvimento dos elementos históricos e epistêmicos correlatos.

### 2.3 BIBLIOMETRIA COMO TÉCNICA DE PESQUISA E OS ENFOQUES OPERACIONAIS

O presente estudo, se destaca pela formulação da técnica da bibliometria e, como tal, pode-se considerar como um poderoso conjunto de métodos e medidas para o estudo da estrutura e do processo de comunicação acadêmica (BORGMAN; FURNER, 2002). Ainda, associado a bases de dados, torna-se um importante instrumento de análise para “rastrear as tendências e o desenvolvimento da sociedade, das disciplinas científicas e das áreas de produção e consumo” (WORMELL, 1998, p. 210). O objetivo do estudo é mostrar algumas das características específicas de parte da literatura científica das áreas de informação a respeito do princípio da Entidade.

A técnica da bibliometria quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico “[...] tal como procede a demografia ao recensear a população” (FONSECA, 1986, p. 10), surge no início do século como sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica. Desenvolve-se

inicialmente a partir da elaboração de leis empíricas sobre o comportamento da literatura, sendo que, entre os principais marcos de seu desenvolvimento (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992, p. 2, tradução nossa).

Os relatos dos primeiros estudos bibliométricos começaram no início do século XX, foram especialmente focadas na análise matemática e estatística da distribuição de dados, marcando a comunidade científica em tal ponto que os pesquisadores que realizaram esses estudos deram seus nomes as leis bibliométricas correspondentes (ROSTAIN, 2003).

Desta forma, as leis bibliométricas de Zipf, Bradford e Lotka se tornaram os pilares da bibliometria (BAILÓN-MORENO et al., 2005), uma vez que os métodos bibliométricos por elas propostos, introduzem rigor quantitativo na avaliação subjetiva da literatura. Eles são capazes de fornecer evidências de categorias teoricamente derivadas em um artigo de revisão. Cobo et al. (2011) definiram uma abordagem bibliométrica que combina ferramentas de análise de desempenho e ferramentas de mapeamento de ciências para analisar um campo de pesquisa, além de detectar e visualizar seus subdomínios conceituais e sua evolução temática.

A bibliometria possuía outro termo conhecido desde a sua criação, “bibliografia estatística”, sendo o termo “bibliometria” criado por Otlet em 1934 no seu “*Traité de Documentation*”. Todavia, o termo passou a ser reconhecido em 1969, partir de um artigo de Pritchard que discutia a polêmica “bibliografia estatística ou bibliometria” (VANTI, 2002, p. 153). Assim, a utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria:

Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejarmos saber (PRICE, 1976, p. 39).

Os estudos bibliométricos utilizam uma ampla variedade de métodos, Cadavid-Higuaita et al. (2012) definem três tipos de indicadores. O primeiro indicador é a quantidade, que mede a produtividade em termos de número de publicações. O segundo indicador é a qualidade, que indica o impacto de uma publicação em relação ao número de citações que a publicação recebe. Finalmente o indicador estrutural, que mede as relações entre as publicações. Os métodos mais populares são aqueles que levam em conta o número de publicações e o número de citações.

A maioria dos estudos bibliométricos apresenta uma análise de citações do campo de pesquisa, geralmente na forma de listas priorizadas de artigos, autores ou revistas mais citadas na área pesquisada, ou seja, citações são usadas como métrica de influência. Desta forma, a análise de citação pode fornecer informações sobre a influência relativa das publicações, mas

falta a capacidade de identificar redes de interconexões entre estudiosos (ÜSDIKEN; PASADEOS, 1995).

Tendo em conta os objetivos essenciais da bibliometria, este trabalho tem como objetivo principal analisar a produção científica, dos últimos dez anos (2010-2020), que utilizara a Pesquisa do Google Acadêmico como fonte de dados (primária ou secundária), a partir da coleta de informações, para o real conhecimento do que a literatura tem tratado, a para fins de futuras pesquisas no amparo do princípio da Entidade. Com o advento da NBC TG Estrutura Conceitual esses elementos específicos dos princípios não estão mais retratados de forma clara, suscitando discussões e investigações acerca do arcabouço fundamental que norteia a concepção doutrinária da Contabilidade, no contexto da citada norma.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Estão demonstradas, a seguir, as estratégias metodológicas previstas para a execução da pesquisa.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como descritiva, tendo em vista que foi considerado como propósito, por meio da bibliometria, quantificar e relacionar características de determinado fenômeno científico, delineando o relacionamento existente entre as variáveis encontradas. A bibliometria, por sua vez, consistiu no estudo quantitativo da produção, disseminação e uso de dados registrados o qual foi desenvolvido modelos e medidas matemáticas para a tomada de decisões. Logo, a pesquisa bibliométrica foi disposta como uma técnica analítica a partir de resultados obtidos com a aplicação sistematizada de métodos estatísticos e matemáticos para aferir a difusão da produção científica sobre determinado campo do conhecimento (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992).

No que se refere à abordagem, este estudo se classificou como quantitativo e qualitativo. De acordo com Marconi e Lakatos (2015) a pesquisa quantitativa consiste em análise de pesquisa empírica, estudo que contém hipóteses explícitas e que devem ser verificadas, utiliza-se de dados estatísticos e números para a devida mensuração.

A natureza qualitativa, como explica segundo Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também

suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Nesse enfoque, a bibliometria é considerada também um estudo quantitativo-descritivo em que são verificados dados como, ano, instituição, região geográfica, área de conhecimento e orientação (ARAÚJO, 2006).

Na área de conhecimento da bibliometria, foram vistas as três leis fundadoras do campo, a lei de produtividade de Lotka, a lei de dispersão de periódicos de Bradford e a lei de frequência de palavras de Zipf, bem como seus desdobramentos e aplicações em tempos recentes. A bibliometria permitiu ao pesquisador gerenciar a informação acerca de determinada área de produção científica, com a finalidade de identificar as características dessa produção acadêmica bem como sua evolução, contribuindo para a construção da literatura acerca do tema objeto de estudo (VASCONCELOS; LIMA, 2017).

No que tange as leis, importante discorrer de forma sintética a respeito de cada uma. Inicialmente, a Lei de Lotka, criada em 1926, foi construída a partir de um estudo sobre a produtividade de cientistas, a partir da contagem de autores presentes no *Chemical Abstracts*, entre 1909 e 1916, sendo desde então, objeto de larga produção científica:

Desde 1926, época em que Lotka estabeleceu esta lei, muitos estudos têm sido conduzidos para investigar a produtividade dos autores em distintas disciplinas. Até dezembro de 2000, mais de 200 trabalhos, entre artigos, monografias, capítulos de livros, comunicações a congressos e literatura gris (cinzenta) tinham sido produzidos tentando criticar, replicar e/ou reformular esta lei bibliométrica (ALVARADO, 2002, p. 14).

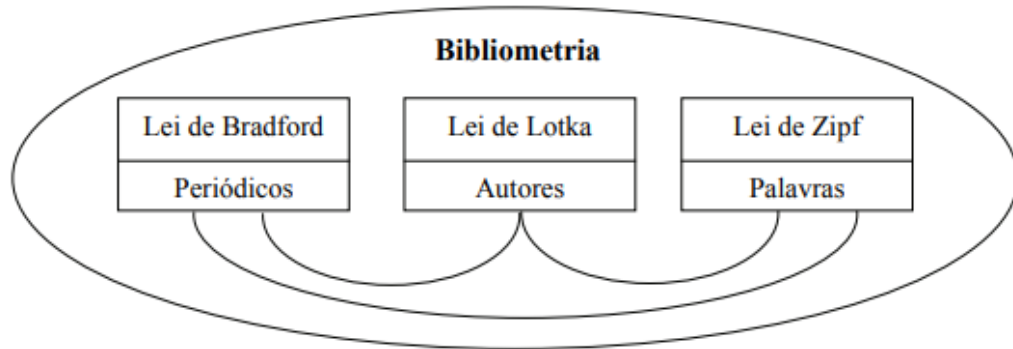
Assim, a Lei de Lotka verificou a contribuição de cada pesquisador dentro de sua área de conhecimento partindo da premissa de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco.

Já a Lei de Bradford ou Lei da Dispersão (BROOKES, 1969), que incide sobre conjunto de periódicos, tinha como objetivo identificar a extensão de publicação de artigos científicos em uma determinada área de conhecimento. Os dados coletados mostraram a existência de um pequeno núcleo de periódicos que aborda o assunto de maneira mais extensiva, e uma vasta região periférica dividida em zonas, ou seja, poucos periódicos produzem muitos artigos e muitos periódicos produzem poucos artigos.

Por fim, a Lei de Zipf ou Lei do Mínimo Esforço (GUEDES; BORSCHIVER, 2005) consistiu em medir a periodicidade de ocorrência das palavras um determinado texto, gerando uma lista ordenada de termos com alta frequência.

Muitos dos estudos de bibliometria pautam-se assim na Lei de Lotka, na Lei de Bradford e na Lei de Zipf que podem ser utilizadas individualmente ou ainda combinadas. A Figura 1 representa a bibliometria e as suas principais Leis.

Figura 1 – As principais Leis da Bibliometria.



Fonte: Adaptado de Guedes e Borschiver (2005).

### 3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Em relação à coleta de dados, este estudo utilizou-se da ferramenta de pesquisa *Google Scholar*, para busca de publicações no período de 01/01/2010 a 31/12/2020, referentes ao Princípio da Entidade. Os parâmetros contemplam somente as palavras “Princípio da Entidade”. Foi considerada a premissa de que as palavras-chaves estivessem presentes no *Título do Documento*. Foi predeterminada como critério de área de conhecimento, a Administração; Contabilidade; Economia e Direito, e trabalhos escritos somente em língua portuguesa. Assim, o universo da pesquisa abrange todos os periódicos científicos nacionais publicados na plataforma *Google Scholar*.

Sujeitando-se aos parâmetros estabelecidos, foram encontrados trinta e cinco artigos relacionados à temática proposta. Após análise e leitura do resumo dos artigos encontrados, vinte e oito deles foram descartados, por serem Trabalho de Conclusão de Curso, não publicados em revistas periódicas, sendo assim, selecionados sete artigos no período proposto que possuem a temática envolvendo Princípio da Entidade, publicados em periódicos.

As análises a seguir apresentadas foram realizadas a partir de variáveis usadas por Vergara (2005) e Malhotra (2001). Para Vergara, a análise de conteúdo é utilizada para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Malhotra por sua vez, analisa funções matemáticas ou combinações lineares que podem melhor discriminar as categorias das variáveis dependentes. Veja:

1) Instituição de pesquisa e unidade da federação – esta variável possibilita como identificar quais instituições têm abordado com maior frequência o tema em questão. A partir de tal variável pode-se observar quais os principais estados brasileiros na realização de estudos.

2) Veículos de publicação – possibilita identificar o tipo de publicação (teses, dissertações, artigos científicos, etc. e o instrumento utilizado (revistas, congressos, documentos técnicos, etc.)

3) Área temática – propicia verificar as abordagens inerentes ao tema e quais os aspectos teóricos e técnicos são tratadas nos trabalhos;

3) Análise dos dados – para inferir quais as principais técnicas utilizadas pelos pesquisadores para a obtenção dos resultados.

4) Artigos por autor – permite conhecer as publicações elaboradas de forma isolada (por apenas um autor) e as de parceria entre dois ou mais autores.

6) Análise das referências e obras – possibilita conhecer as fontes e obras mais utilizadas na elaboração da pesquisa e compreender se os trabalhos publicados sobre o tema em questão, usam como base outras pesquisas em idioma nacional ou língua estrangeira.

Ressalta-se, que foram encontrados outros artigos, porém, não puderem ser utilizados, pois, não haviam sido publicados em revistas ou periódicos. As variáveis apresentadas correspondem as Leis de Lotka, Bradford e Zipf, vez que as análises feitas corresponderam de forma abrangente a produtividade dos autores, a incidência do assunto em questão e a frequência das palavras relacionadas ao Princípio da Entidade, respectivamente.

Para a sistematização das informações os dados quantitativos foram tratados mediante estatística descritiva visando à produção e à análise de indicadores bibliométricos. Para a elaboração e a análise dos indicadores de conteúdo, os dados qualitativos dos artigos serão processados em três etapas: pré-análise, exploração e interpretação dos textos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base na análise dos resultados apresenta-se inicialmente dados quantitativos contendo tabelas, e gráficos analíticos como forma de estatística descritiva dos resultados encontrados. Na sequência retrata-se características qualitativas em relação à análise de conteúdo das publicações.

## 4.1 ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICA DESCRITIVA

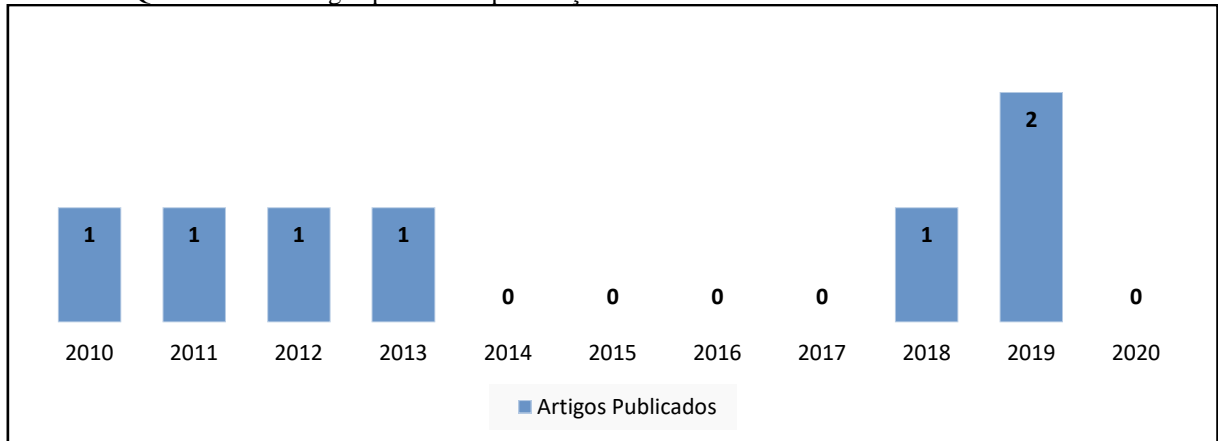
Esta pesquisa utilizou a estatística descritiva a fim de descrever as características dos artigos pesquisados que abordaram o tema proposto.

### 4.1.1 Quantidade de Artigos por Ano de Publicação

De acordo com a Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS, 2016), os autores que submetem artigos para publicação devem se comprometer de que o estudo apresentado não foi submetido à nenhuma outra publicação, seja de forma impressa ou eletrônica. No caso em questão, a maioria das revistas com publicações relacionadas à contabilidade também existe a exigência de que os artigos enviados para publicações devam ser inéditos, e da autoria de quem o apresenta, assim caracterizando a fonte de todos os elementos relacionados.

A seguir, apresenta-se no Gráfico 1, a descrição dos sete artigos da amostra publicados durante o período de 2010 a 2020.

Gráfico 1 - Quantidade de artigos por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme evidenciado no Gráfico 1, nota-se que no ano de 2019 ocorreu o maior nível de publicações em periódicos nacionais sobre o Princípio da Entidade totalizando duas publicações. Os estudos que envolvem o Princípio da Entidade estão relacionados em diagnosticar os fatores que levam os empresários a não aplicarem tal princípio no processo de gestão das entidades, razão pela qual gera o cancelamento das micro e pequenas empresas. Dentre as análises feitas, nota-se que a partir da adoção da Convergência Internacional no Brasil, obteve um desinteresse no tema Princípio da Entidade.



A convergência das normas internacionais surgiu no Brasil com a Resolução nº 1055/05 do CFC criando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Esta resolução destacou que o objetivo da emissão de Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade é a centralização e uniformização considerando a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2010).

A estrutura contábil brasileira, carecia de uma padronização de suas normas e aos padrões internacionais, estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As adequações ocorreram em 2005 com a criação do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Para Iudícibus (2010) afirma que o mesmo, emite os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações a partir das Normas Internacionais originadas do IASB.

Assim, contrariando a Lei de Bradford, observou-se que apesar do desenvolvimento do tema nos primeiros quatro anos de publicações não surgiram mais temas sobre o assunto nos quatro anos posteriores, mesmo sendo um instituto essencial para a longevidade do patrimônio empresarial. Isso acontece, pois, conforme explica Niyama e Silva (2013), os estudos e as pesquisas que discorrem sobre os princípios contábeis não são estudados, ocasionando assim o fechamento de empresas no primeiro ano de atividade.

#### 4.1.2 Revistas com Maior Frequência nas Publicações

De acordo com o levantamento de dados, foi possível apontar na amostra um total de sete periódicos e Repositórios de Teses e Dissertações diferentes. Verificou-se que nenhum periódico obteve destaque na frequência de publicações conforme está demonstrado a seguir:

Tabela 01 - Revistas com publicações entre 2010 e 2020.

Ord	Revistas	Frequência
1	Revista Reflexão Contábil	1
2	Revista Contemporânea de Contabilidade	1
3	Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia	1
4	Revista Capital Científico	1
5	Revista Percurso	1
6	Brazilian Journal of Development	1
7	Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo	1

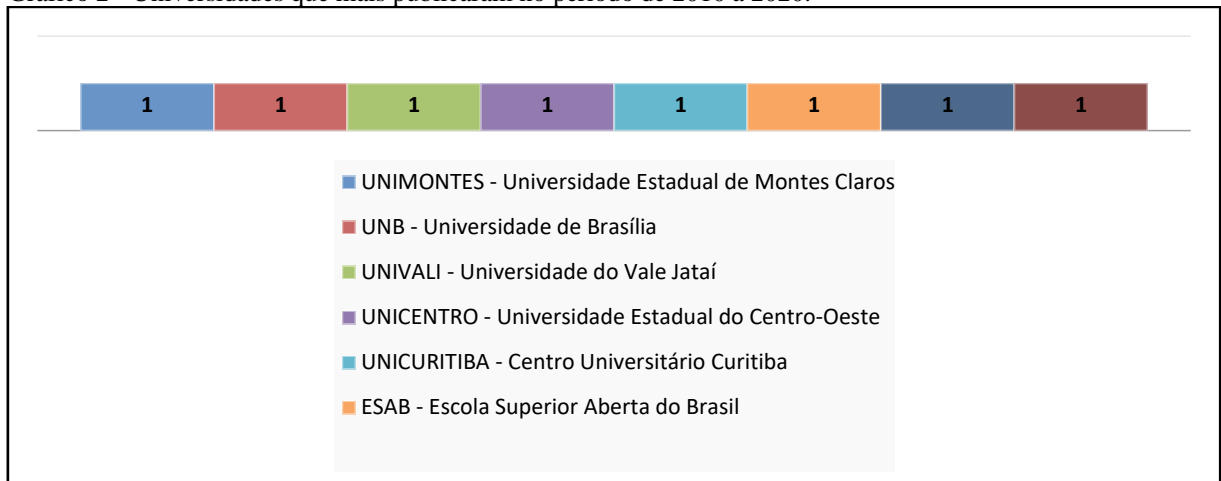
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme já mencionado não houve um periódico que apresentasse um maior número de publicações em relação aos outros. Sendo assim, impossibilitou a aplicação da lei de Bradford.

### 4.1.3 Universidades que mais publicaram

A amostra de periódicos estudada relacionadas ao Princípio da Entidade no período de 2010 a 2020, apontou a participação na totalidade de oito instituições de ensino e pesquisa vinculadas aos autores, conforme destacado no gráfico abaixo. Ressalta-se que um artigo não teve vinculação com Universidade.

Gráfico 2 - Universidades que mais publicaram no período de 2010 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que nenhuma instituição de ensino se destacou, contudo, analisando seus cursos quatro universidades merecem destaque por terem em suas grades cursos de Pós-Graduação e Especialização correlacionados com o Princípio da Entidade.

Ressalta-se a Universidade do Vale Jataí (UNIVALI), que além da graduação presencial e EAD do curso de Ciências Contábeis, possui um curso de Pós-Graduação destinado aos bacharéis em ciências contábeis, cuja temática é Gestão de Investimentos, das quais as linhas de pesquisas se concentram em Gestão Contábil.

Outrossim, o Centro Universitário de Curitiba (UNICURITIBA) possui um curso de MBA em Controladoria e Finanças Corporativas, composto pelo Professor Edson Mota – Pós-Graduado em Gerência Financeira e Graduado em Ciências Contábeis, cujos temas apresentados relacionam-se com o assunto proposto no presente artigo, quais sejam: Subsídios teórico-metodológicos sobre planejamento e cenários econômicos; As empresas no ambiente econômico e estrutura de capitais e negociações; Interpretação dos indicadores econômicos para tomada de decisões aliada as informações contábeis e a Utilização dos produtos e serviços no mercado financeiros. Ainda, a universidade dispõe de um curso sobre Finanças Corporativas que abrange os temas acima expostos de forma mais sintética.

Ainda, a Escola Superior Aberta do Brasil possui uma Pós-Graduação Lato Sensu em Controladoria e Finanças; MBA Profissional em Administração e Finanças e um MBA Profissional em Gestão, Controladoria e Finanças, todos com uma disciplina específica sobre Administração Contábil e Financeira cujo objetivo é abordar elementos técnicos de caráter acadêmico, que se servem dos conceitos básicos de contabilidade; dos instrumentos que diagnosticam momentos dinâmicos e estáticos da informação contábil, sob a ótica da gestão financeira empresarial.

Ressalta-se ainda, a Universidade de Brasília (UNB) que dispõe uma base de acessos com todas as dissertações e teses defendidas por seus alunos. Verificou-se dentre elas a dissertação do Dr. Gilson Cella, autor presente em um dos periódicos aqui elencados, discorrendo sobre a “Importância Relativa dos Patrimônios Físico e Intangível na Formação do Valor Econômico da Empresa. ” Ainda, a Universidade possui Pós-Graduação em Ciências Contábeis com seu corpo docente formado por autores aqui elencados, sendo eles, Jomar Miranda Rodrigues e Jorge Katsumi Niyama.

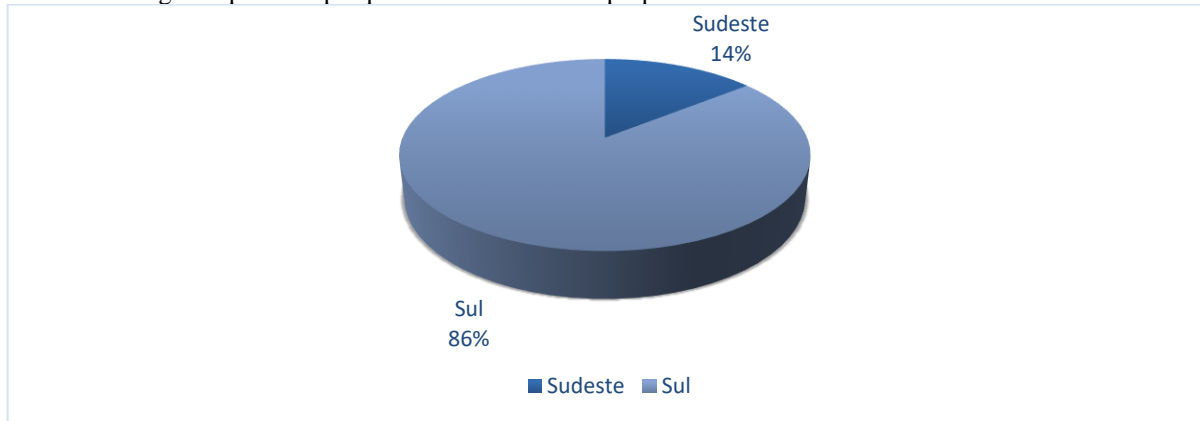
Por fim, a Universidade Federal de Pernambuco possui o curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis em sua grade, e as demais universidades: Universidade Estadual de Montes Claros, a Faculdade Vale do Salgado e a Universidade Estadual do Centro-Oeste somente possuem o curso de graduação em Ciências Contábeis.

Diante do exposto, observou-se que, apesar de quatro universidades possuírem mais cursos voltados a Administração Contábil de uma empresa, poucos artigos relacionados ao tema são publicados, um dos motivos que podem justificar tal fato é a falta de incentivo por parte do Governo Federal em pesquisas e avanços científicos, que por meio de investimentos nas universidades poderiam desenvolver o setor e conseqüentemente aumentar a produção de periódicos. Tal fato pode ser provado quando em janeiro de 2021, houve um corte de gastos de 9 bilhões no setor da ciência e tecnologia do Brasil (GIOVANAZ, 2021), corroborando com a tese da falta de interesse nas pesquisas científicas das universidades.

#### **4.1.4 Região do Brasil com maior frequência nas publicações**

De acordo com as análises realizadas foram constatadas a disseminação em relação às pesquisas realizadas acerca do Princípio da Entidade em apenas duas Regiões Brasileiras, conforme as regiões das sete revistas, consoante disposto a seguir no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Regiões que mais pesquisaram sobre o tema proposto.



Fonte: Elaborado pelo autor

Para a evidenciação de quais regiões do país mais se destacaram em quantitativo de publicações da amostra, foi analisado a localização das revistas onde foram publicadas, destacou-se que seis publicações do total dos periódicos e dissertações selecionados se concentraram na região Sul do Brasil o que equivale a 86% conforme destacado no Gráfico 3.

Observou-se que a região Sudeste apresentou uma contribuição de 14% enquanto as demais regiões não obtiveram nenhuma publicação de artigos no período de análise. Dessa forma, ao contrário do que propôs a Lei de Lotka, o estudo mostrou que o Princípio da Entidade não pode ser considerada uma ciência solidificada pelos autores dos periódicos pesquisados, pois, apenas duas regiões brasileiras o exploraram.

Assim, verificou-se que não há concentração de publicações nas demais regiões do país, e sim amplo estudo na região Sul. Está é uma característica de uma área cujo o referencial teórico e a institucionalização do princípio da entidade estão em processo de construção, sendo inapropriada a aplicação da Lei de Lotka.

#### 4.1.5 Participação de Autores na Amostra

A amostra deste estudo, que contemplou sete artigos e dissertações, apontou a participação de dezoito autores de variadas instituições de ensino. Evidenciando que do total da amostragem, todos os autores apresentaram apenas uma participação nos periódicos como autores ou coautores. Destacaram-se cinco autores ao apresentarem Doutorado ou Mestrado na área da Contabilidade na composição dos artigos sobre o Princípio da Entidade, no período estipulado. Ainda, três autores se destacaram ao apresentarem Especialização em Gestão Financeira. Há ainda, onze autores sem dados no *Currículo Lattes*.

Tabela 2 – Autores das publicações no período de 2010 a 2020 da amostra.

Autor	Universidades	Particip. Artigos
Dr. Geraldo Alemandro Leite Filho	USP - Doutor em Administração e Mestre em Ciências Contábeis	01
Letícia Lopes de Oliveira	Unimontes – Bacharel em Ciências Contábeis	01
Gilson Cella	UNB – Especialista em Contabilidade Pública	01
Dr. Jomar Miranda Rodrigues	UNB - Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multinacional UnB, UFPB e UFRN	01
Dr. Jorge Katsumi Niyama	UNB - Pós-doutor em Contabilidade Internacional pela Universidade de Otago (Nova Zelândia). Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP	01
Dr. Manoel Carlos Ferreira da Silva	UNVALI – Mestre em Ciências Jurídicas e Bacharel em Direito	01
Dr. João Francisco Morozini	UNICENTRO – Mestrado em Ciências e Doutorado em Administração de Empresas e Bacharel em Ciências Contábeis	01
Jéssica de Castro	UNICENTRO – Especialista em Gestão Financeira e Bacharel em Ciências Contábeis	01
Dr. Demétrius Nichele Macei	UNICURITIBA – Doutor em Direito	01
Dr. Juliano Deffune Flenil	UNICURITIBA – Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania	01
Janaina Feliz Diogenes Pinheiro	Especialista em Finanças e Controladoria	01
Dr. Macário Neri Ferreira Neto	UFPE – Mestre em Gestão Pública	01

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando os autores dos artigos analisados, observou-se que a grande maioria possui formação na área Contábil. Esse fato mostra que há interesse por parte dos pesquisadores graduados em Ciências Contábeis, Administração e afins em trabalhar com o tema do Princípio da Entidade, relacionando à administração de empresas.

Destaca-se que o Prof. Dr. Geraldo Alemandro Leite Filho possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (1995), mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2004) e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2011). Além disso, em seu currículo Lattes apresenta publicação de 87 (oitenta e sete) artigos científicos publicados em periódicos, incluindo três com publicações envolvendo o Princípio da Entidade.

O Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues possui graduação em Ciências Contábeis pela União Pioneira de Integração Social (2001), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2007) e doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília. Em seu currículo Lattes possui inúmeras publicações, incluindo uma sobre o tema do Princípio da Entidade.

Destaca-se ainda, o Prof. Jorge Katsumi Niyama possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (1974), mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1990) e pós-doutorado pela University of Otago (2005). Em 2014 iniciou seu segundo pós-doutorado nas Universidade de Coimbra e no Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE em Portugal tendo concluído em 2015. Em seu currículo Lattes possui projetos de pesquisa e dentre seus inúmeros trabalhos publicados, se inclui dois sobre o tema do Princípio da Entidade.

O professor João Francisco Morozini, possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Especialização em Gestão de Negócios Finanças e Auditoria pela UNIVEL Cascavel, Especialização em Contabilidade e Controladoria pela (UNICENTRO), Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana (MACKENZIE), Pós-Doutorado em Administração de Empresas - Empreendedorismo, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Em seu currículo lattes possui diversos artigos e pesquisas publicados, dentre eles, inclui-se dois artigos publicados em periódicos sobre o Princípio da Entidade, bem como dispõe de uma linha de pesquisa sobre Finanças Estratégica, cujo objetivo é estudar como as empresas tomam decisões sobre captação e aplicação de recursos.

Por fim, o Prof. Demétrius Michele Macei possui Pós-doutorado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial (2000), ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor de Direito Tributário na graduação, especialização, mestrado e doutorado na Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA), Ex-professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-2007) e na graduação e especialização da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000-2006/2011-2013).

Quanto aos demais autores ressalta-se que não possuem dados no *currículo lattes*, motivo pelo qual o presente estudo os classificou apenas como especificado nos periódicos analisados.

#### 4.1.6 Artigos com maior número de citações

Os estudos compreendidos na amostra foram eleitos de acordo com a temática proposta deste estudo, no período de 2010 a 2020, na base de dados do Google Acadêmico. A análise da amostra destes artigos e dissertações também contemplou a quantidade de citações que essas publicações alcançaram no período referido, como está demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Publicações e quantitativo de citações entre 2010 a 2020.

Ord	Título do artigo	Citações Google Acadêmico	Revista
1	Contabilidade Internacional - análise dos periódicos internacionais sobre pesquisas em educação contábil face à convergência e globalização	24	Revista Contemporânea de Contabilidade
2	Os motivos que influenciam, a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros	04	Reflexão Contábil
3	Fatores que contribuem para mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil	05	Brazilian Journal of Development
4	O Princípio da Entidade Contábil e a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	02	Revista Capital Científico
5	Aplicabilidade do Princípio Contábil da Entidade aos supermercados localizados no Município de Iupi - ES	01	Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia
6	O planejamento tributário à luz do princípio da entidade: uma análise através do acórdão 1301-002.921 do conselho administrativo de recursos fiscais	00	Revista Percurso
7	Princípio da entidade: uma análise sobre sua aplicabilidade Nas farmácias do centro de Iguatu-CE	00	Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que o artigo “Contabilidade Internacional - análise dos periódicos internacionais sobre pesquisas em educação contábil face à convergência e globalização”, publicado na Revista Alcance obteve até 2020, 24 (vinte e quatro) citações em outros trabalhos científicos sobre o tema. Esse artigo foi elaborado pelos autores Gilson Cella, Jomar Miranda Rodrigues e Jorge Katsumi Niayama no ano de 2011.

O objetivo dos autores neste estudo foi a análise dos periódicos internacionais para verificar quais são os temas das pesquisas em educação contábil face à convergência e globalização dos relatórios financeiros. Neste sentido, diante do contexto de convergência local e internacional e de mudanças provocadas pela globalização dos relatórios financeiros, a formação dos contadores apresentou-se como uma preocupação dos organismos internacionais de contabilidade, estimulando as instituições de ensino a adequar-se a estas mudanças. Os resultados demonstraram que são três os temas mais frequentes nas pesquisas: educação





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da proposta estruturada referente a pesquisa bibliométrica empírica realizada em torno de 7 artigos com a temática Princípio da Entidade, este estudo objetivou apresentar a análise da produção científica brasileira sobre a participação dos autores, quantidade de periódicos, revistas, citações e relação entre universidades e regiões do país entre o período de 2010 a 2020. Ressalta-se, identificar os componentes científicos, teóricos e técnicos que envolvem os Princípios da Contabilidade, bem como seu desenvolvimento no contexto histórico da Ciência Contábil.

De acordo com o estudado, a produção científica sobre o Princípio da Entidade, não possui uma grande quantidade de artigos publicados, conforme verificamos no item (4.1.1 – Quantidade de artigos publicados), dando destaque para o ano de 2019, com 2 publicações em revistas periódicas. Além disso, tivemos variações entre os autores vinculados as universidades, onde nenhuma obteve destaque na amostra. Em seguida, verificou-se que não há uma relação entre as regiões do país que mais pesquisaram sobre o princípio da entidade e as universidades que mais publicaram, em que ambas as pesquisas publicadas se concentram na região Sul e Sudeste.

Foi possível constatar que há grande carência acerca de pesquisas com os temas Princípio da Entidade nas regiões: Norte, Nordeste e Centro Oeste. Além disso, conforme a análise de conteúdo dos artigos da amostra por meio da ferramenta “nuvem de palavras”, é possível afirmar que as pesquisas nacionais sobre o Princípio da entidade obtiveram predominância na relação com princípio, entidade, empresa, contábil, sendo os principais termos evidenciados nos periódicos analisados. Assim este resultado demonstra uma economia de palavras nos periódicos.

Conclui-se que a pesquisa a respeito do Princípio da Entidade teve pouca relevância no meio acadêmico brasileiro na última década (2010 a 2020), pois é evidente a pouca participação de autores, universidades e instituições de pesquisa. Considera-se o efeito do resultado alcançado, em razão da necessidade de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), às normas internacionais (IFRS), e em decorrência a revogação do CFC Resoluções 750/1993 e 1.282/10 e com o advento da NBC TG Estrutura Conceitual para a Elaboração de Relatório Contábil e Financeiro, publicada pela Resolução CFC 1.374/2011, obteve pouco interesse a pesquisa e estudos sobre os Princípios Contábeis, com destaque o da Entidade.

Com a adoção da NBC TG Estrutura Conceitual os Princípios Contábeis não ficaram retratados de forma clara, suscitando discussões e investigações acerca da doutrina da

Contabilidade. As limitações desta pesquisa se concentraram principalmente no uso apenas de artigos nacionais referente à temática proposta devido à dificuldade em artigos publicados, foram descartados diversos artigos encontrados, por não se adequarem ao escopo pretendido e tem também a não utilização de artigos sem nenhum custo financeiro. Outras limitações encontradas foram a não observância de alguma palavra chave para a busca de periódicos, bem como a consulta às outras bases científicas que podem conter publicações não abordadas nesta pesquisa. Sugere-se para pesquisas futuras a extensão do período analisado e a busca pela pesquisa sobre a Convergência Contábil no Brasil bem como a exploração em outras bases científicas, inclusive internacionais.

## REFERÊNCIAS

ALVARADO, R. U. A Bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 91–105, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v13i2.200>. Acesso em: 13 out. 2020.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BACHELARD, G. **O Novo Espírito Científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAILÓN-MORENO, R. et al. Bibliometric laws: Empirical flaws of fit. **Scientometrics**, Budapeste, v. 63, n. 2, p. 209-229, 2005.

BORGMAN, C. L.; FURNER, J. Scholarly communication and bibliometrics. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 4-59, 2002.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 15 nov. 2020.

BROOKES, B. C. Bradford's law and the bibliography of science. **Nature**, [s. l.], v. 224, p. 953-956, Dec. 1969.

CADAVID-HIGUITA, L. et al. A bibliometric analysis of a modeled field for disseminating innovation. **Estudios Gerenciales**, v. 28, n. SPE, p. 213-236, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/34sYQVg>. Acesso em: 18 nov. 2020.

COBO, M. J. et al. Science mapping software tools: Review, analysis, and cooperative study among tools. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 62, n. 7, p. 1382–1402, May, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**: auditoria e perícia. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Revogação da Resolução nº 750/1993:** contexto e considerações. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3i2Y5uk>. Acesso em: 15 nov. 2020.

D'ÁURIA, F. **Primeiros Princípios de Contabilidade Pura**. São Paulo, 1948.

FONSECA, E. N. **Bibliometria:** teoria e prática. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1986.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIOVANAZ, D. Canetaço de Bolsonaro em janeiro tirou até R\$ 9 bilhões da ciência e tecnologia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3vxF6fm>. Acesso em: 15 maior 2021.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação de Comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 6., Salvador. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000508/01/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&section=31&category=337&Itemid=359&limitstart=100](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=31&category=337&Itemid=359&limitstart=100)> Acesso em: 15/01/2020.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade da Sociedade por Ações:** Aplicável às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE, C. E. B. **A evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, F. B. **Os 10 principais erros cometidos pelas pequenas e médias empresas**. [S. l.]: Administradores, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2R409Hn>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração de processos:** conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA-SILVA, M. D. de O. **O efeito do sentimento das notícias sobre o comportamento dos preços no mercado acionário brasileiro**. 2017. Tese (Doutorado em

Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32178> Acesso em: 15 maio 2021.

PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

REIS, A. J.; SILVA, S. L.; SILVA, C. C. A. **A História da contabilidade no Brasil**. 2007. Trabalho de Disciplina, Universidade de Salvador, Salvador, 2007.

ROSTAINING, H. Basic principles of bibliometrics: application to research development. *In*: CONFERENCE AT THE STI UNIVERSITY, 2003, Shangai. **Anais** [...]. Shangai, 2003.

SÁ, A. L. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

TAGUE-SUTCLIFFE, J. An introduction to informetrics. **Information processing & management**, Oxford, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992. [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(92\)90087-G](https://doi.org/10.1016/0306-4573(92)90087-G). Disponível em: <https://bit.ly/3p44re9>. Acesso em: 15 nov. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ÜSDIKEN, B.; PASADEOS, Y. Organizational analysis in North America and Europe: A comparison of co-citation networks. **Organization Studies**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 503-526, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3usjdN2>. Acesso em: 18 nov. 2020.

VANTI, N. A. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VASCONCELOS, G.; LIMA, A. C. Análise Bibliométrica da Produção Científica acerca da Controladoria. **Management Control Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 31-49, 2017.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

WORDART. Disponível em: <https://wordart.com/create>. Acesso em: 04 maio 2021.

WORMELL, I. Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 210-216, maio/ago. 1998.